do processo; c) propondo a aprovação do modelo de Relatório Circunstanciado apresentado pelo GALM/CONSEP, ratificado pelo relator do processo; e, d) sugerindo que seja alterado o Art 3º, da Resolução nº 173/11 – CONSEP: no inciso V - para inclusão da regulamentação e padronização dos Relatórios, e o acréscimo do inciso VI - para dispor sobre a competência para preenchimento dos Relatórios referenciados. 3) Cel PM Roberto Luiz Freitas Campos – Cmt Geral da PMPA: a) aprovando o modelo de Relatório Único e Individual a ser preenchido pelo agente de segurança pública, e o instituído pela Polícia Militar, através da Instrução Normativa nº 001/2013 – Cor Geral; b) propondo que seja cancelada a confecção do Relatório Circunstanciado; e, c) aprovando a revisão e alteração dos dispositivos contraditórios para ajustamento no texto da Resolução nº 173/2011 – CONSEP; Considerando a conclusão da instrução processual e emissão do voto do Relator do Processo nº 05/2014-CONSEP – Conselheiro PC Orlando Salgado Gouvêa; da manifestação e emissão dos votos/vistas proferidos pelos Conselheiros solicitantes; pela expressão da vontade dos demais membros do Colegiado, conferindo seus votos na planilha aprovada pela Presidência do Colegiado, e ainda, pela postulação da Secretaria Executiva, da decorrente necessidade de: alterações das Resoluções nº 173/11 e nº 204/12, além da complementação da Resolução nº 202/12, todas do CONSEP; da vigência dos modelos propostos e aprovados; e, da substituição do órgão representado no GALM/CONSEP, respectivamente; tudo plenamente acatado pelos membros do CONSEP, presentes no Plenário da 305ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Considerar aprovado o Relatório de Atividades do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade – GALM/CONSEP – Ano 2013, exceto quanto ao texto propositivo inserido no item 4, "Proposta de estrutura do Relatório Individual e Circunstanciado a serem elaborados por agentes do Sistema de Segurança Pública".

Art. 2º. Aprovar a nova redação do inciso V, Art. 3º, da Resolução nº 173/CONSEP, de 25/08/11, homologada pelo Decreto nº 212, de 21/09/2011, que passa a vigorar na forma a seguir:

"Art. 3º.....

V – os agentes de segurança pública deverão preencher um Relatório Individual, todas as vezes que dispararem arma de fogo e/ou fizerem uso de instrumento de menor potencial ofensivo ocasionando lesões ou mortes, conforme modelo regulamentado, padronizado e previsto no Anexo I desta Resolução, contendo informações preferencialmente dispostas na Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece as Diretrizes sobre o Uso da Força e Armas de Fogo, adotada como parâmetro orientador do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, através da Resolução nº 166/CONSEP, de 11 de maio de 2011".

Art. 3º. Fica revogado o artigo 8º, da Resolução nº 204, de 28/11/12, considerando o que dispõe a nova redação do inciso V, Art. 3º, da Resolução nº 173/CONSEP, de 25/08/11.

Art. 4º. O Art. 9º, da Resolução nº 204/CONSEP, de 28/11/12, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. Os agentes do sistema de segurança pública, terão o prazo de até 72 horas, após a data do fato, para enviar o Relatório Individual previsto no inciso V, Art. 3º, da Resolução nº 173/CONSEP, de 25/08/11, diretamente ao Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do CONSEP".

Art. 5º. O Relatório Circunstanciado que trata os Art 2º, parágrafo único, inciso V, Arts 5º e 6º, da Resolução 202/CONSEP, de 25/12/12, homologada pelo Decreto nº 637, de 19/12/12, regulamentar-se-á pelas disposições e modelo padrão previsto no Anexo II desta Resolução.

Art. 6º. O Relatório Individual e/ou Circunstanciado, cujos modelos constam nos Anexos I e II desta Resolução, deverão ser adotados como únicos e considerados padrões por todos os agentes do sistema de segurança pública.

Art. 7º. Os modelos de Relatórios Individual e/ou Circunstanciado atualmente utilizados pelos agentes do sistema de segurança pública integrantes das Instituições do SIEDS tornar-se-ão sem efeito legal, a partir da vigência da presente Resolução do CONSEP.

Art. 8º. Passa a integrar a composição do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do CONSEP, um (1) representante da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal SIAC/SEGUP, criada pela Lei nº 7.584/11, sucedânea do Centro Estratégico Integrado – CEI/SEGUP.

Art. 9º. Esta Resolução após homologada pelo Chefe do Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário do CONSEP, em 24 de junho de 2016

Gen Div Jeannot Jansen da Silva Filho

Presidente do CONSEP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO 1– RESOLUÇÃO Nº 294/CONSEP, DE 24 DE JUNHO DE 2016

RELATÓRIO INDIVIDUAL*	
1. NOME DO SERVIDOR RELATOR	
2. POSTO/GRADUAÇÃO/CARGO/FUNÇÃO	3. LOTAÇÃO
4. RG: _____	5. SITUAÇÃO: Estava de FOLGA Estava de SERVIÇO
6. DADOS DA OCORRÊNCIA/MISSÃO	
6.1. DATA ____/____/____	6.2. LOGRADOURO DA OCORRÊNCIA/MISSÃO
6.3. HORA ____:____ Manhã Tarde Noite	
6.4. BAIRRO	6.5. MUNICÍPIO
7. MEDIDAS ADOTADAS ANTES DE EFETUAR O DISPARO OU UTILIZAR INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO:	
8. CIRCUNSTÂNCIAS E JUSTIFICATIVAS QUE LEVARAM AO USO DA FORÇA:	
9. UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO	
9.1. HOUVE UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO PELO RELATOR NA OCORRÊNCIA/MISSÃO: SIM NÃO	
9.2. TIPO DE ARMA: Pistola .40 Carabina Revólver Outro: _____	
9.3. QUANTIDADE DE DISPAROS EFETUADOS PELO RELATOR: _____	
9.4. Nº DE VÍTIMA(S) POR DISPAROS DE ARMA DE FOGO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO (O nº de vítima(s) neste item se refere à ocorrência como um todo, e não apenas àquelas decorrentes da ação do relator) Feridos, nº _____ Mortos, nº _____ Não houve feridos ou mortos.	
9.5. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS QUE FORAM ATINGIDAS POR DISPARO DE ARMA DE FOGO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO:	
9.6. OBSERVAÇÃO:	

* Relatório Individual aprovado pela Resolução nº 294/2016-CONSEP, de 24 de junho de 2016, homologado pelo Decreto Estadual nº ... de ... de 2016, publicado no D.O.E nº de ... de ... de 2016.